

INTRODUÇÃO À CONFLUÊNCIA DO ANTICOLONIALISMO E DO BUDISMO ENGAJADO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

INTRODUCTION TO THE CONFLUENCE OF ANTI-COLONIALISM AND
BUDDHISM ENGAGED IN GEOGRAPHIC EDUCATION

INTRODUCCIÓN A LA CONFLUENCIA DEL ANTICOLONIALISMO Y EL
BUDISMO COMPROMETIDOS EN LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA

Tulio Barbosa¹

 0000-0002-9289-1183
tuliobarbosa@ufu.br

Ano XXIX - Vol. XXIX - (3): Janeiro/Dezembro - 2025

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

¹ Docente do Instituto de Geografia, Geociência e Saúde Coletiva (IGESC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Núcleo Teoria Anticolonial. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9289-1183>. E-mail: tuliobarbosa@ufu.br.

Artigo recebido em novembro de 2025 e aceito para publicação em dezembro de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A Geografia nos últimos anos tem sucumbido a uma fetichização dos conceitos e de suas categorias e tem distanciado epistemologicamente de bases críticas as quais propõem a efetivação de um processo revolucionário para a classe trabalhadora. O presente trabalho apresenta uma breve introdução da confluência do anticolonialismo e do budismo engajado na Geografia. Essa confluência é necessária para questionarmos as relações de poder e a produção do conhecimento atrelado às necessidades do capitalismo; assim, buscamos questionar as epistemologias hegemônicas (eurocêntricas e estadunidenses) que historicamente moldaram a ciência geográfica brasileira. Para isso apresentamos duas dessas perspectivas revolucionárias, o anticolonialismo e o budista engajado na educação geográfica, as quais oferecem caminhos seguros para uma ciência geográfica que intervenha na realidade para o bem da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Anticolonialismo. Budismo Engajado. Epistemologia Geográfica. Classe Trabalhadora. Práxis Revolucionária. Educação Geográfica.

ABSTRACT: In recent years, geography has succumbed to a fetishization of concepts and categories and has distanced itself epistemologically from critical foundations that propose the implementation of a revolutionary process for the working class. This paper presents a brief introduction to the confluence of anti-colonialism and engaged Buddhism in geography. This confluence is necessary for us to question the power relations and the production of knowledge linked to the needs of capitalism; thus, we seek to question the hegemonic (Eurocentric and American) epistemologies that have historically shaped Brazilian geographical science. To this end, we present two of these revolutionary perspectives, anti-colonialism and the Buddhist engaged in geographic education, which offer safe paths for a geographic science that intervenes in reality for the good of the working class.

Keywords: Anti-colonialism. Engaged Buddhism. Geographical Epistemology. Working Class. Revolutionary Praxis. Geographic Education.

RESUMEN: En los últimos años, la geografía ha sucumbido a una fetichización de los conceptos y sus categorías y se ha alejado epistemológicamente de las bases críticas que proponen la realización de un proceso revolucionario para la clase trabajadora. El presente trabajo presenta una breve introducción a la confluencia del anticolonialismo y el budismo comprometido en la geografía. Esta confluencia es necesaria para cuestionar las relaciones de poder y la producción de conocimiento vinculada a las necesidades del capitalismo; así, buscamos cuestionar las epistemologías hegemónicas (eurocéntricas y estadounidenses) que históricamente han moldeado la ciencia geográfica brasileña. Para ello, presentamos dos de estas perspectivas revolucionarias, el anticolonialismo y el budista comprometido con la educación geográfica, que ofrecen caminos seguros para una ciencia geográfica que interviene en la realidad por el bien de la clase trabajadora.

Palabras clave: Anticolonialismo. Budismo comprometido. Epistemología geográfica. Clase trabajadora. Práctica revolucionaria. Educación Geográfica.

INTRODUÇÃO

Tudo o que somos é resultado do que temos pensado.
(Buda, Dhammapada, Yamakavagga, 2).

A educação geográfica está ancorada no conservadorismo da classe dominante. A legislação educacional e as publicações institucionais do Estado não permitem avanços consideráveis na efetivação da crítica para a intervenção direta na realidade pela classe trabalhadora, desta maneira, estamos organizando um conjunto de trabalhos que mostram a confluência entre o anticolonialismo e o budismo na educação brasileira, especificamente na educação geográfica.

O budismo é uma filosofia que trata essencialmente da liberdade, do direito à vida e a plenitude da felicidade. O budismo é religião quando existe o propósito para a composição dos rituais e a adoração de cultos que tem como centralidade a fé. A filosofia budista não tem uma essência teísta e sua proposta é o pensamento crítico e libertador, uma vez que busca destituir toda forma de poder e violência exercida por qualquer pessoa, classe, sistema de governo e sistema econômico.

A filosofia budista tem como centralidade a negação de uma visão dualista e fetichista da realidade. O valor da realidade para a filosofia budista é a transformação constante para um mundo melhor para pessoas comprometidas com o fim do sofrimento, portanto, o budismo busca questionar a totalidade do sistema capitalista, pois o capitalismo é uma estrutura que operacionaliza em todas as instâncias, instituições e escalas o poder e a violência e essa operacionalização se dá pela dominação espacial.

Desta forma, o presente trabalho busca elencar o budismo, o anticolonialismo e a Geografia como elementos críticos para composição da radicalização das estruturas e essas voltadas para a revolução originada pelas necessidades da classe trabalhadora. A filosofia budista e o anticolonialismo nos ajudam a radicalizar o entendimento das estruturas colonizadas e colonizantes do espaço; assim, a proposta de revolução tem como pilar a política, a economia, a mudança epistemológica e a ética como centralidade.

A Geografia como ciência tem se colocado sempre a serviço da classe trabalhadora quando busca romper as estruturas postas de opressão, todavia ainda é muito limitada, pois não propõe efetivamente outra espacialidade que tenha como centralidade a classe trabalhadora. É preciso propor e pensar numa estrutura e superestrutura revolucionária para que possamos efetivamente irmos além da mera denúncia, de uma Geografia do inventário das coisas ruins, para avançarmos para além das estruturas capitalistas e coloniais da produção do espaço.

A crítica geográfica por meio do anticolonialismo e do budismo propõe uma construção de espacialidades da libertação, isto é, uma libertação real na qual a classe trabalhadora exerça efetivamente seu poder para subtrair todas as violências que sofrem. A relação entre budismo e Geografia anticolonial revela a necessidade de entender a interdependência de todas as coisas (natureza e sociedade imbricadas dialeticamente) e a força opressora do capitalismo e seus Estados que buscam sempre violentar os mais pobres pela situação econômica, pelo racismo, pelo machismo, pelos preconceitos e pela homofobia. Essas questões, portanto, nos colocam no caminho epistemológico para entender o direito de não-violência que a classe trabalhadora tem, ou seja, é preciso construir uma gnosiologia que deslegitima a pobreza e todas as coisas ruins que sucedem para a classe trabalhadora. Com isso, entendemos que são essenciais esses conceitos para alcançarmos a concretização da revolução da e para a classe trabalhadora verdadeiramente radical, emancipadora e libertadora.

A espacialidade anticolonial em diálogo com o budismo deve ter como horizonte a superação da lógica de dominação e exploração que fragmenta o espaço e torna insalubre a vida da classe trabalhadora. Assim, budismo, anticolonialismo e Geografia levam os sujeitos a compreenderem o espaço como possibilidade e não como eternidade imutável. Neste sentido, buscamos consolidar elementos epistemológicos que tragam a compreensão da unidade, da totalidade e da pluralidade a partir da interdependência (natureza e sociedade) e da prática da não-violência contra a classe trabalhadora e a natureza; assim, tratamos de entender e colocar em prática por meio da educação geográfica uma nova vida socialmente construída pela ética, pela empatia e pelo amor.

BUDISMO E ANTICOLONIALISMO NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço transcende as questões físicas, pois o espaço é uma composição também superestrutural relacionado a lógica, a cultura e a vivência cotidiana dos sujeitos. O budismo nos apresenta o espaço como totalidade interdependente que tem consequências constantes a partir do que realizamos na sociedade e na natureza.

Existem diversas escolas budistas com tradições diferentes, mas todas comungam dos mesmos princípios; assim, temos as escolas budistas Theravada, Mahayana e Vajrayana as quais têm especificidades na sua organização filosófica e com isso formas diferentes de atuarem socialmente. Deste modo, cada escola budista revela condições únicas para entender a realidade, mas todas partem do princípio da interdependência e da impermanência de todas as coisas. O presente trabalho busca os pontos em comum dessas escolas budistas e não as especificidades, pois entendemos que essa base é o ponto central para a efetivação de um espaço anticolonial. Buscamos enfatizar a necessidade de um budismo socialmente responsável, de um budismo engajado.

Assim, o budismo permite que compreendamos que o espaço é mutável, transformável e não fixo, logo, a questão central é: quem pode transformar o espaço para melhorar a vida da classe trabalhadora e interromper a degradação ambiental?

O anticolonialismo nos ajuda a compreender essa questão, pois o espaço é produto do modo de produção capitalista e precisa ser sempre organizado para que a violência e o poder sejam exercidos contra a classe trabalhadora principalmente dos países colonizados na América Latina, Caribe, África e Ásia. O espaço na sociedade capitalista sempre será composto para a produção permanente da exploração e da violência, sob os auspícios de uma imposição que inferioriza a classe trabalhadora e supervaloriza a classe dominante.

O espaço no capitalismo, numa leitura budista-anticolonialista, é dualista, ou seja, constitui a classe trabalhadora como objeto, como mecanicidade e como manobra dos seus interesses, com isso não existe vida em plenitude e sim vida para ser usada como máquina. A dualidade se completa em detrimento do outro: a classe dominante exerce o papel de agente produtora do sofrimento da classe trabalhadora.

A leitura do mundo a partir do budismo e da Geografia Anticolonial permite entender que o sofrimento é constituído pela organização do espaço com suas funcionalidades produtivas; assim, o oposto a isso está na efetivação da libertação também promovida espacialmente e isso somente será possível pela construção de outras bases epistemológicas que tenham diretamente influencia no processo de formação social.

O budismo e o anticolonialismo enfrentam diretamente o conceito estático de espaço ou mesmo como utilidade produtiva, pois esses conceitos são a base da dominação capitalista. A rigidez do espaço

como permanente é produto da fetichização da inércia no capitalismo, pois só pode existir qualquer coisa que possa revelar a manipulação e o poder da classe dominante de forma camouflada como ideologia.

O capitalismo fetichiza o espaço, transformando-o em mercadoria, logo tudo que compõe o espaço precisa ser organizado para produzir mercadorias. O espaço precisa ser sempre disponível para que exista exploração; assim, a dualidade como ideologia é fonte segura para a manifestação do capitalismo. A crítica à dualidade e a fetichização do espaço é fundamental para superar a visão funcionalista da vida, tendo sempre “eu versus o mundo” e “a sociedade versus a natureza”.

A filosofia budista funda a gnosiologia da interdependência (*Pratītyasamutpāda*), logo tudo é relacional e entrelaçado, com isso numa linguagem geográfica tudo está em tudo por meio de diversos elementos e regulados escalarmente visualizado nas diferentes porções do espaço.

Segundo Sulak Sivaraksa (1999), fundador do Budismo Engajado, a filosofia da interdependência é um princípio central na visão budista de mundo, da vida social e de sua compreensão da natureza, fundamentado no dharma (conjunto de ensinamentos e valores budistas); assim, a interdependência é uma estrutura permanente, ou seja, enquanto existir seres vivos tudo será conectado e terá consequências a partir dessa relação, pois o universo e todos os seres que nele vivem somente existem dentro do conceito de interdependência.

A interdependência é também parte de nossa constituição como sujeito, mas sempre sofremos estímulos para ignorarmos a nossa própria relação com o mundo. Sulak Sivaraksa (1999, p. 4) salienta que: “Quanto menos se explora a si mesmo, menos se explora os outros” (tradução nossa). Quanto menos nos colocamos em função da auto-exploração, menos vamos olhar o mundo pelo capitalismo, pela violência que estrutura a realidade e que é justificada na forma da desigualdade social e econômica. Assim, segundo Sulak Sivaraksa (1999) a filosofia da interdependência é a base para uma filosofia ética seguida de práticas de altruísmo e cooperação, voltada para a superação do egoísmo e da ilusão tão orquestrada pelo capitalismo para que os sujeitos possam alcançar a justiça social, econômica e política.

Na década de 1950, quando a ideia de desenvolvimento se espalhou pelo mundo, um especialista americano veio a este país (Tailândia) e disse que o budismo era a principal barreira ao desenvolvimento. Ele disse que o Buda ensina as pessoas a se contentarem. Se alguém está contente, um homem pobre é tão bom quanto o homem mais rico. O americano disse: “Isso é perigoso!” O governo aceitou as opiniões do especialista americano e pediu aos membros seniores do monastério que dissessem aos monges para não ensinarem sobre esse assunto! Eles colocaram avisos em todos os lugares no final da década de 1950 dizendo: “Trabalho é dinheiro. Dinheiro é Trabalho. Ambos produzem felicidade.” Teve um efeito tremendo. Há trinta anos, as pessoas acreditam que se trabalha apenas por dinheiro, seja trabalho honesto ou desonesto, legal ou ilegal. Agora estamos pagando o preço de tais visões. Imitamos o Ocidente de forma tão terrível nos últimos trinta ou quarenta anos que nossa consciência dos aspectos negativos do desenvolvimento foi acelerada. Bangkok tornou-se um lugar horrível apenas nos últimos trinta anos.

O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) reflete, acredito, uma nova e perigosa forma de violência estrutural, promovendo a ganância a nível internacional e à custa das comunidades e nações. Alguém como eu, que administra livrarias e pequenas editoras, pode ficar sem emprego dentro de cinco ou dez anos, porque os japoneses provavelmente entrarão com força, até mesmo publicando em tailandês através de seus computadores. O GATT é projetado para ajudar os setores mais avançados e eficientes da economia internacional – um feito glorioso da violência estrutural (Sivaraksa, 1999, p. 25-26, tradução nossa).

Desta forma, todos os valores e sentidos que ameaçam o capitalismo são sempre colocados como inferiores, já que o espaço precisa ser processado em termos da produção e da eficiência para que a violência produza valores econômicos, Tailândia, portanto, tornou-se um lócus das experiências do capitalismo para que triunfasse a exploração e o Budismo, por ser uma filosofia crítica, foi impedido de ser propagado como uma postura ética em oposição a violência estrutural. Tal como o anticolonialismo na África e América Latina foi ignorado pelos centros universitários e de pesquisa com prevalência das ideias genocidas da Europa e dos Estados Unidos.

A inferiorização do budismo na Tailândia tem a mesma proporção da inferiorização das religiões ou filosofias africanas e afro-brasileiras. Tudo que foge da constituição da regulação da violência capitalista precisa ser interrompido para que a classe dominante continue com o seu papel de poder. Tal poder para existir precisa do racismo como centralidade de seu comando.

Barbosa (2023) estrutura que o racismo é o eixo central da dominação colonial, uma forma de estruturar hierarquicamente a sociedade e desqualificar grupos de seres humanos. O anticolonialismo, portanto, salienta que o racismo contra o povo pobre e negro é notório no capitalismo na América Latina. O colonialismo se baseou na classificação racial para a dominação máxima do capitalismo, para a dominação da superestrutura e da materialidade essa no espaço estruturado sempre para a produção e a violência. O budismo dialoga com essa crítica ao buscar a libertação da opressão humana e da exploração, bem como lutando contra a violência racista e a estrutura de poder do capitalismo.

O diálogo entre o anticolonialismo e o budismo se estabelece de forma profunda, principalmente através do movimento do Budismo Engajado (socialmente engajado), que busca aplicar os ensinamentos do dharma para transformar as estruturas de opressão social e política. Desta forma, a relação do anticolonialismo e do budismo compartilha da crítica a estrutura e superestrutura do capitalismo, ou seja, crítica às formas de violência estrutural e na busca por uma ruptura radical com tal estrutura.

As metodologias de ação do anticolonialismo e do budismo aparentemente são diferentes, pois nos é transmitido pela mídia e pela cultura em geral que o budismo é a total inércia e irresponsabilidade com o mundo, já que os budistas apenas meditam. Todavia, isso é equivocado, pois a filosofia budista é de ação e tem como objetivo a transformação do mundo por meio das pessoas, pela coletividade dos sujeitos a efetivação de uma ética prática. Assim, ambos reconhecem a opressão como estrutural que se manifesta como violência institucionalizada e dominação econômica.

O colonialismo se efetiva como realidade ainda em curso, por meio da violência organizada pelo modo de produção capitalista. O budismo engajado, segundo Sulak Sivaraksa (1999), entende a globalização e o “desenvolvimento” moderno como etapas da colonização, pois entendeu que o “desenvolvimento ocidental” transformou o modo de vida tradicional e aumentou drasticamente a violência estrutural; assim, Sulak Sivaraksa entende que mesmo países não colonizados politicamente, como a Tailândia, foram colonizados intelectual e economicamente.

O budismo engajado, conforme Sulak Sivaraksa, ensina que o sofrimento (individual e social) é causado pelos três Venenos: a ganância, o ódio e a ilusão. Desta forma, ao associarmos com o anticolonialismo temos o sentido de sua base moral para sua crítica estrutural, isto é, a ganância é manifestada no capitalismo e no consumismo, seguida pela crítica a uma globalização destrutiva e fetichizada. O sistema econômico baseado na competição e ganância leva à exploração e à violência, desta forma, promove o ódio pelo poder das empresas que estão imbricadas ao Estado e esse à centralização da força que operacionaliza as condições não dignas para a classe trabalhadora. O que chamam de desenvolvimento moderno e de

globalização, tanto o budismo de Sulak Sivaraksa como anticolonialismo, entendem como colonialismo que é explicitamente uma força fascista, racista e genocida.

Outro ponto decisivo na composição do entendimento das forças opressoras do capitalismo está na ilusão. Conforme Dzogchen Ponlop (2016) o budismo permite compreender os limites da cultura e da ignorância, tudo isso pode ser considerado como ilusão, ou no marxismo como alienação, assim, é a ignorância como ilusão institucionalizada na educação, que aliena as pessoas de suas realidades e da inter-relação com a totalidade. O colonialismo se mantém ativo através de uma ideologia que camufla a opressão sob conceitos como neoliberalismo ou países em desenvolvimento, com isso o papel do sujeito é de reprodução e não de atenção à realidade.

A partir do budismo, conforme Dzogchen Ponlop (2016) e Tchih Nhat Hanh (2008), em associação com o anticolonialismo (Barbosa, 2023), temos que compreender a ilusão para além da responsabilidade individual, pois a ilusão é constituída como alienação de si e dos outros, uma ausência total de responsabilidade com a coletividade, com a humanidade. A ilusão precisa ser compreendida como uma força ideológica e estrutural que sustenta a opressão, o capitalismo e a violência. Assim, a ilusão, como alienação, é o alicerce filosófico que o anticolonialismo aponta como a ideologia do colonizador.

Em oposição a alienação precisamos da atenção plena, da compreensão da realidade de forma comprometida. A ilusão nos distancia da possibilidade de mudar o mundo para a classe trabalhadora.

É preciso criar um pensamento anticolonial diariamente e substituir toda forma de opressão e destruição que imprime para os mais pobres uma racionalidade que não pertence a sua própria realidade. A realidade da classe trabalhadora é a pobreza e a opressão que se avolumam no poder e na violência e que avolumam mais ainda na dor de uma existência sem qualquer dignidade. As superstições alienam os sujeitos de sua própria vida, com isso a alienação distancia toda forma de realidade e de verdade de um conjunto de questões que poderiam ampliar o sentido da revolução cotidiana.

A alienação, portanto, é o distanciamento da própria espacialidade, da própria construção diária e compreensão da vida que pulsa nas suas múltiplas dimensões, escalas e ações (Barbosa, 2023, p. 62).

Com isso, o budismo e o anticolonialismo criticam a alienação e a ilusão como máscaras da realidade, da interdependência e da totalidade. E isso imprime o distanciamento da realidade e cria uma perspectiva de mundo fadado ao fracasso permanente da classe trabalhadora.

O budismo ensinou que o sofrimento social se origina de uma noção delusória do eu. A ilusão do eu individualizado é considerada a causa fundamental do sofrimento (*dukkha*). Na realidade, somos sujeitos interdependentes e não podemos ser considerados sujeitos individuais separados da sociedade e da natureza. O budismo nos ensina que o “eu” é um processo consciente que age interdependentemente com todos os fenômenos, com isso a realidade precisa partir da consciência do sujeito e essa consciência parte das relações escalares na qual vivemos, da consciência de classe, da compreensão da realidade vivida cotidianamente com seus limites e possibilidades.

Ao trazer a ilusão e alienação para o espaço revelamos as condições de miséria da classe trabalhadora e toda “educação” que a mesma tem para não reagir, para se manter num espaço “deprimido” e desigual, ou seja, a ilusão é institucionalizada pelo Estado na forma de ideologia que camufla a opressão, pelos discursos meritocráticos e pela educação individualista. Assim, a crítica a essa ilusão parte da ruptura com a mesma pela luta contra a dominação colonialista.

Segundo Joaquim Monteiro (2015) a ignorância no budismo é entendida como a atividade do falso discernimento, da falsa compreensão, isto é, eu “entendo” sem “entender”, com isso “eu” nomeio o mundo e o “conceituo” a partir de minha leitura e não da própria realidade. A ignorância não é apenas ausência de conhecimento, mas também parte de um conhecimento irreal que não dialoga com a interdependência da totalidade, que não tem um projeto de sociedade pautada na ética e na coletividade para a classe trabalhadora.

Desta forma, a educação é ponto central nesse processo de luta contra o colonialismo, pois a educação do Estado promove um currículo que inferioriza todas as culturas que não são europeias e estadunidenses, colocando sempre como referência temas e questões que nos distanciam de nossa própria realidade, com isso as culturas e conhecimentos indígenas, quilombolas, africanos e afrobrasileiros são consideradas inferiores.

No geral, considero tudo isso muito prejudicial. Não só o governo tailandês introduziu a cultura budista {nos moldes do Estado}, como também os missionários chegaram e os converteram ao cristianismo. Disseram-lhes: “Desprezem a vossa própria cultura! Só existe um Deus! Não há outros deuses”, e assim por diante. Para mim, que estou à margem, isto é muito drástico entre as minorias.

Nos últimos 150 anos, embora não tenhamos sido colonizados politicamente, fomos colonizados intelectual e economicamente. E fomos levados a nos sentir inferiores ao Ocidente e, por isso, tentamos alcançá-lo. Tornamo-nos intelectualizados e compartimentados. Começamos a seguir cegamente a medicina e a educação ocidentais. A educação e a medicina ocidentais encaram o ser humano como uma espécie de máquina, meramente um ser físico, nada espiritual. O resultado é que nos tornamos alienados de nossa própria cultura. Embora falemos bem do budismo, também falamos bem de nossa cultura. Mas estamos desenraizados de nossas culturas. É por isso que sinto que devemos voltar à essência do budismo e, ao mesmo tempo, trazer as formas que são apropriadas para o mundo moderno. As formas que são apropriadas para o mundo moderno devem ter raízes em nossas tradições, em nossa cultura, e não estar alienadas dessas raízes (Sivaraksa, 1999, p. 140, tradução nossa).

Sulak Sivaraksa (2004) aponta que essa alienação da própria cultura trouxe consequências terríveis para a organização da sociedade tailandesa e do budismo, pois o budismo nas suas comunidades (sanghas) era democrático e com isso exercia uma pressão política para que a Tailândia também fosse democrática. Assim, existia democracia nos espaços budistas com eleição de líderes comunitários por meio do voto popular que era debatido pela sangha, todavia, houve um grande declínio na democracia de Tailandesa e nas comunidades budistas após o que chamou de era da Americanização, que se seguiu à Guerra do Vietnã, bem como posteriormente a ilusão da modernização e a globalização subtraíram o espírito democrático nas comunidades budistas e na sociedade. Uma democracia autêntica (dhammocracy) e que era feita a partir da realidade vivida, em oposição a americanização da democracia.

Sivaraksa (2004) nomeia a democracia do dharma (dhammocracy) como uma condição necessária para que a política parta da ética, do amor, da compaixão e do compromisso com a superação de todas as formas de maldades como o economismo, o neocolonialismo e o cientificismo (ciência a serviço do colonialismo). O conhecimento que não é conhecimento não busca consolidar outra sociedade para o bem coletivo, mas constituir caminho ideológico, já que a realidade não pode ser analisada criticamente.

Conforme Horieste Gomes (1991) a compreensão do espaço somente é possível pela análise concreta, por uma realidade que consegue compreender as contradições e as limitações. Sivaraksa (2004) aponta que essas contradições precisam serem evidenciadas no Buddha Dhamma (ensinamento do Buda), para isso é preciso superar as forças conservadoras que ainda dominam e doutrinam como uma nova religião voltada para o economismo, militarismo e consumismo.

A máscara da democracia dos EUA é fundamentada pela alienação, pela composição de uma ilusão que aparenta conhecimento, mas se trata de um conhecimento falso, já que está ligado à opressão do capitalismo como justificativa. O anticolonialismo, segundo Barbosa (2023) denuncia que a ilusão é usada esconder a violência do capitalismo, com isso implementam a crença de que o mundo é assim mesmo capitalista e imperialista, como se não tivesse alternativa, é, desta forma, a naturalização da fome e da opressão, justificada pela alienação dos sujeitos. A verdade científica do colonizador é a verdade da opressão, que precisa ser analisada criticamente, todavia o colonialismo sobrevive pela imposição de novos conceitos (como neoliberalismo ou globalização ou democracia) que são apenas camuflagens de uma situação real opressora contra a classe trabalhadora.

As elites nacionais dos países colonizados sempre estão a serviço dos colonizadores e dos países imperialistas, segundo Fanon (1968), as elites desses países estão no circuito da mamata, pois se trata de uma burguesia servilmente e estupidamente burguesa. As elites nacionais buscam uma relação de subordinação aos países colonizadores e se colocam a serviço desses de forma baixa não tendo o mínimo de piedade com seu próprio povo e fazendo com que o mesmo tenha péssimas condições de vida, de salários e de perspectivas.

A burguesia nacional subordinada aos ditames da burguesia internacional conduz os Estados colonizados para à deriva de uma identidade nacional e de luta; assim, a educação e a formação intelectual é subordinada aos colonizadores. Para Fanon (1968) o intelectual colonizado é aquele que aceitou o fundamento da supremacia dos valores ocidentais, dos valores europeus e brancos. Este intelectual colonizado luta no plano do universal abstrato e se distancia ao combate das questões concretas do povo. O intelectual colonizado não consegue superar as bases epistemológicas e se afirmar como intelectual diante de questões distantes da realidade e da intervenção na sociedade. Tal como a Geografia que busca uma condição científica de análise, mas não de transformação:

A Geografia como ciência é conservadora e hipócrita, pois o seu conservadorismo está no cânone e no respeito incondicional para com suas categorias de análise interpretadas por profissionais da Geografia e a hipocrisia está em considerar essa ciência realmente crítica sem que produzam uma crítica sobre si mesma (Barbosa, 2020, p. 114).

A superação da epistemologia da Geografia precisa de uma nova gnosiologia que atrele a ciências às exigências da classe trabalhadora e não da classe dominante.

Valter Casseti (1999) conceitua essa Geografia como “[...] Geografia enquanto aparência [...]” (p. 117), pois essa Geografia esquece das análises críticas da relação dialética entre estrutura e superestrutura, todavia vamos além e pensamos que entre essas relações e suas contradições é fundamental rever as categorias e conceitos que são legitimadores do colonialismo.

É preciso, portanto, que seja construído um caminho revolucionário, um caminho no qual seja efetivado um conjunto teórico e prático para a libertação da classe trabalhadora, que somente poderá ser livre ao destruir todas as formas de alienação e ilusão, tendo como metodologia a construção de outra realidade.

Fanon (1968) comprehende que aos colonizados e colonizadas só existe uma alternativa: ou a servidão ou a soberania. Para Fanon a soberania para não ser mais colonizado está na luta contra toda forma de opressão e se trata de uma luta real, de uma luta impactada pela proporção da violência do colonizador, pois para ele é a violência que derruba todas as barreiras, sendo a única forma de luta que tem possibilidade real para se livrar da opressão no contexto colonial.

Essa luta realizada por Fanon (1968) durante toda a sua vida foi a única opção para libertar os povos africanos de seu sofrimento, em nenhum momento as palavras racionais dos colonizados com todo seu sofrimento alcançariam os ouvidos dos colonizadores. A violência como ruptura foi a única alternativa. É preciso compreender os processos históricos e projetar no tempo presente como as violências da classe dominante processam o espaço da classe trabalhadora.

Condenam as violências dos revolucionários, mas não condenam a violência sistemática do capitalismo contra a classe trabalhadora. A violência revolucionária foi uma resposta à violência colonizadora: não poderiam ficar quietos e pacíficos enquanto matavam seres humanos (basta lembarmos dos processos da escravidão e mais recente o Congo Belga).

O budismo engajado tem como filosofia a não-violência, mas para que exista essa não-violência Sulak Sivaraksa e Thich Nhat Hanh precisam romper com as estruturas postas, isso é uma ação para a transformação da realidade. Não existe tensão entre o caminho da não-violência e a luta radical anticolonial, pois ambos buscam melhorar o mundo e isso significa construir outra realidade.

Fanon (1968) defende a violência como a única força capaz de desmantelar a máquina colonial, já o budismo engajado propõe uma revolução ética para que se consolide o amor.

Aparentemente existe uma distância entre a violência colonialista e a não-violência (Ahimsa) budista, mas existe uma convergência que necessita de ser pensada no contexto das contradições do espaço geográfico: o cotidiano e as múltiplas relações escalares que envolvem a classe trabalhadora.

O cotidiano da classe trabalhadora é violento, integralmente violento, não há paz para a classe trabalhadora. Essa violência do modo de produção, do Estado e da cultura disfarçada ideologicamente assume a posição de uma ilusão coletiva, de uma alienação social. Ninguém classifica a fome como violência ou um ônibus lotado como violência, ou o juro bancário ou mesmo o preço dos alimentos como violência - tudo isso é violência.

O budismo engajado não aceita essa violência estrutural, bem como o anticolonialismo e a ciência geográfica precisa compreender a necessidade de intervenção direta na realidade em favor da classe trabalhadora. Na estrutura capitalista o poder de decisão é o mesmo poder da violência; assim, é preciso agir diretamente intervindo na realidade e ao mesmo tempo construir uma base epistemológica para o amor e a compaixão. Se há necessidade de ruptura radical ela será realizada com bases na defesa incondicional dos mais fracos.

O budismo engajado, articulado por Sulak Sivaraksa, vê a defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores não apenas como uma luta política, mas, sobretudo, como uma extensão essencial dos ensinamentos de Buda (dharma), pois somente esses, para os budistas, podem confrontar a violência estrutural do mundo. Para o Budismo engajado não é possível alcançar a libertação dos sujeitos sem trabalhar ativamente pela paz mundial e pela justiça social, ou seja, sem trabalhar por um mundo melhor.

Desta maneira, é possível construirmos uma Geografia Anticolonial com outras bases epistemológicas que tenham poder de atuação no espaço em favor da classe trabalhadora. Não se trata de uma dicotomia: destruição ou superação, mas efetivamente de construção de outra realidade.

O budismo nos ensina a necessidade da coletividade e da compaixão constante, mas também nos ensina que somos todos um, todos interdependentes e, portanto, com consequências diretas sobre nossas vidas quanto aos atos que são processados socialmente. Deste modo, precisamos entender a realidade com atenção plena e não nos distanciarmos do presente, já que uma nova base epistemológica promove outra estrutura e outra estrutura promove outra base epistemológica.

Os elementos práticos e filosóficos do budismo promovem uma condição de reflexão que nos aproximam da realidade e com isso não somos sugados para um mundo de ilusões. Segundo Hanh (2008, p. 36): “A plena consciência é a capacidade de reconhecer as coisas como elas são”. Esse reconhecimento é vital para não sermos alienados de nós mesmos e não nos associarmos com ideias que fortaleçam a opressão da classe dominante.

Hanh (2008, p. 37) prossegue: “A concentração pode nos ajudar a investigar profundamente a natureza da realidade e produzir o tipo de discernimento capaz de nos liberar do sofrimento”. O objeto central do budismo é o fim de todo sofrimento, para isso é preciso ter plena consciência de nós e do mundo. Essa consciência promove a libertação da classe trabalhadora, condição exigida pela crítica anticolonial que atua em oposição a violência simbólica e epistemológica dos cânones hegemônicos da classe dominante.

O budismo nos ajuda a sermos mais atentos, críticos e compassivos, enquanto o anticolonialismo nos ensina que a crítica precisa de ação. Ambos, budismo e colonialismo, nos ensinam que o amor é a base de todas as exigências para um melhor. Também o budismo nos coloca na rota do perdão e da compreensão, com isso conseguimos unir verdadeiramente a classe trabalhadora, os partidos de esquerda, os movimentos sociais e revolucionários, ou seja, pelo budismo conseguimos compreender que as divisões políticas da esquerda são ilusões que devem ser combatidas pela máxima do bem de toda as trabalhadoras e trabalhadores. O budismo, portanto, nos ensina a não odiarmos, mas termos firmes propósitos para a construção de outra realidade. O ódio desvia a efetivação de um mundo melhor, enquanto o amor permite essa construção.

O budismo nos ensina a não alimentarmos o ódio, mas a conhecer nossas emoções e trabalhar efetivamente para o bem de todas as pessoas e da natureza. Desta forma, nossas emoções devem ser constituídas para que se efetive a consciência para cultivar a tranquilidade e a compaixão. Todavia, somente poderemos ter tranquilidade se todas as pessoas caminharem para a construção de outra realidade.

Desta maneira, o budismo engajado enfatiza a cooperação altruísta, o diálogo e a luta pelos direitos humanos, uma luta que precisa de ser encarada de frente, como ensina o anticolonialismo, e com isso entender que opressor é o inimigo provisório, pois conforme Fanon (1968) pode o colonizado desejar o papel de colonizador, logo o colonizado pode ser opressor, por isso é preciso constituir outras bases que revelem uma condição de amor e não de egoísmo.

O budismo ensina que devemos meditar como base para nos entendermos e com isso constituirmos uma filosofia prática voltada para uma consciência social mais ampla para entender o sistema capitalista em que está inserido. Por isso, a autoconsciência crítica é necessária para subtrair todo desejo, egoísmo e vaidade.

O anticolonialismo precisa aprender com o budismo as práticas de compaixão e autocrítica permanente para que consiga produzir fundamentos e políticas que não tragam a vaidade, o ciúme e o egoísmo como possibilidade de alienação para a classe trabalhadora quando alcançar o poder pelos caminhos revolucionários. Desta forma, a luta contra a ilusão deve ser constante e as práticas de atenção plena e meditação são necessárias para destruir conceitos colonizadores.

A ilusão precisa ser substituída pela rebeldia e essa pela revolução, tendo intelectuais e ativistas buscando o conhecimento e sendo humildes e cientes de seus limites compreendendo o papel revolucionário da coletividade. Assim, neste presente texto, de forma introdutória, buscamos definir uma relação entre budismo e colonialismo para superar os problemas e a violência da classe trabalhadora num espaço permanentemente opressor.

Consideramos, portanto, possível e necessário unir o anticolonialismo e o budismo numa leitura geográfica, para que possam fundar novas sociedades que sejam livres da exploração, da violência e da opressão. O budismo com seu conceito de impermanência e o anticolonialismo com sua reflexão histórica definem a necessidade de destruir a ilusão de que as formas e os conteúdos do modo de produção capitalista são permanentes, bem como atentam para nosso papel revolucionário na sociedade de classes.

CONSIDERAÇÕES SEMI-FINAIS

O filósofo Slavoj Zizek teve seu trabalho publicado no periódico *Le Monde Diplomatique* Brasil no dia 1 de maio de 2005 com o título: “Capitalistas, sim, mas zen...”. Ele escreveu:

Uma espécie de “budismo ocidental”, se apresenta hoje como remédio contra o estresse da dinâmica capitalista. Ele permitiria que nos desligássemos, que mantivéssemos a paz interior e a serenidade, e funcionaria, na realidade, como um perfeito complemento ideológico (Zizek, 2005).

Ele tece duras críticas ao budismo como movimento religioso conformista, como uma religião da “paradeira total”, enfim, como uma religiosidade que suporta as dores do mundo pela meditação e sem qualquer ação para o bem da humanidade.

Zizek prossegue:

“Não é de surpreender que um tal budismo-taoísmo possa funcionar como complemento ideológico da globalização liberal: ele nos permite participar do esquema mantendo uma distância interna... Capitalistas, sim, mas desapegados, zen...”.

O budismo apresentado por Zizek existe realmente e esse budismo não pode ser chamado de Budismo com B maiúsculo como formulou Sulak Sivaraksa (1999 e 2004), pois o budismo com B maiúsculo é aquele que luta efetivamente contra todas as forças opressoras e se compromete com um mundo melhor, enfim, é um budismo engajado social e politicamente.

O anticolonialismo é uma escola revolucionária de filosofia e de ações práticas, mas é esquecida pela Geografia no Brasil, principalmente pelo eixo direutivo de uma Geografia das aparências e não da realidade. Assim, o anticolonialismo age no espaço diretamente para que as estruturas de poder, os legados e a continuidade do colonialismo sejam destruídos. Para isso é fundamental uma crítica radical às epistemologias justificadoras da dominação e da exploração capitalista, fundamentando suas categorias na substituição dos fundamentos que naturalizam a desigualdade, a dependência e a violência.

Budismo e anticolonialismo buscam constituir caminho de resistência quanto às formas e processos de organização espacial da classe trabalhadora. Desta forma, propõem uma ciência geográfica que transcenda os muros das universidades e busque a redução do sofrimento (*dukkha*) e da ilusão.

As duas abordagens oferecem uma Geografia comprometida com a transformação epistemológica e da realidade, isto é, livres das amarras do passado e do presente colonial,

promovendo uma ética de responsabilidade social e ambiental, constituindo um caminho para a práxis revolucionária da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Tulio. **Manual de Anticolonialismo**: a construção do anticolonialismo hoje. Uberlândia: Núcleo Teoria Anticolonial, 2023. Disponível em: <https://www.anticolonialismo.org/manual-de-anticolonialismo>
- CASSETI, Valter. **Contra a correnteza**. Goiânia: Kelps, 1999.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: UFG, 1991.
- HANH, Thich Nhat. **A arte do poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- MONTEIRO, Joaquim Antônio Bernardes. Filosofia budista: uma breve introdução. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, vol. XI, ano 2015, p. 104-124. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo11/00_Revista_Ensaios_Filosoficos_Volume_XI.pdf
- PONLOP, Dzogchen. **Buda rebelde**: na rota da liberdade. Teresópolis: Lúcida Letra, 2016.
- SIVARAKSA, Sulak. **Global Healing**: Essays and Interviews on Structural Violence, Social Development and Spiritual Transformation. Bangkok: Thai Inter-Religious Commission for Development, Sathirakoses-Nagapradipa Foundation, 1999.
- SIVARAKSA, Sulak. **Trans Thai Buddhism**: Envisioning Resistance: The Engaged Buddhism of Sulak Sivaraksa. Bangkok: Pipob Udomittipong/ Suksit Siam / Kled Thai, 2004.
- ZIZEK, Slavoj. **Capitalistas, sim, mas zen...** Le Monde Diplomatique Brasil, 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/capitalistas-sim-mas-zen/>